

DUARTE E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.
83-998732-6361/ 83-99342-1170/ 83-3512-6361

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Samuel de Souza Alves TELEFONE 8229-3432
8628-7481
8806-3894
8728-2235
ESTADO CIVIL solteiro PROFISSÃO Aux de Contabilidade
CPF 108 832 424-29 RG 3917 832 ENDEREÇO Rua Anita
Caribaldi nº 208, Valentina, João Pessoa - PB

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, e ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438, ANITA NÁGILA DE SÁ CARDOSO, OAB/PB 14.178, com escritório profissional: sito à Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa - PB, 12 de Abril de 2019

(OUTORGANTE)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
SAMUEL DE SOUZA ALVES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
3917832 ssda PB

CPF 109.832.424-29 DATA NASCIMENTO 05/11/1991

FILIAÇÃO
JOAO ALVES DA SILVA
MARIA DAS NEVES DA SILVA SOUZA

PERMISSÃO ACC CATEGORIA AB

Nº REGISTRO 06376516993 VALIDADE 04/12/2019 1ª HABILITAÇÃO 27/05/2015

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIV REMUNERADA;

ASSINATURA DO PORTADOR
Samuel de Souza Alves

LOCAL JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO 30/05/2016

ASSINATURA DO EMISSOR
Aristeu Chaves Romão
55825887047
PB032670354

DETRAN - PB (PARAÍBA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1289139419

PROIBIDO PLASTIFICAR
1289139419

GOV. PREVIDÊNCIA S/A
11 FEV. 2019
PROTOCOLO
AC. JOÃO PESSOA



MARIA DAS NEVES DA SILVA SOUZA
RUA ANITA GARIBALDI, 208 - PARATIBE
JOACUSSO/PE CEP: 58062-012 (AG-5)

Ligação MONOFÁSICO
Clt/Sec: RES-MTC-B1/RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Roteiro: 15-S-594-400 Referência: Set/2019
Medidor: 00300358784 Emissão: 30/09/2019

ENERGISA PARAIBA - CONTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
Emissão: 30/09/2019 - Data de entrega: 30/09/2019 - PE: 0001 - 01/09/2019
CNPJ: 06.966.364/03 - Ins. Est. 16.000.000-0
Nota Fiscal: 1021600149 - Ins. Est. 16.000.000-0
Cod. para Deb. Automático: 00006227078

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/CNPJ/ RANI
Set / 2019 24/09/2019 24/10/2019 010.866.364-73
Ins. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/622707-8

Canal de contato

- Comunicamos que por falta de acesso ao equipamento de medição, NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR A COLETA DA LEITURA. O acesso ao medidor garante o faturamento correto da conta de energia, evitando faturamentos pela média e consumos acumulados. Notificamos a necessidade de fornecer o acesso ao local da medição, caso contrário, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, conforme previsto no Art. 171 RES 414 ANEEL - Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em: saúde.gov.br/vacinabrasil

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
23/09/19	18350	24/09/19	19040	1	690	22
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa/Valor Base	Valor Base	Alíq.	ICMS (R\$)
						Base Calc. Pct(R\$) Colim(R\$)
0801	Consumo até 30 kWh-BR	30,000	0,193640	5,81	0,00	0,00
0801	Consumo - 31 a 100 kWh-BR	60,000	0,332300	19,92	0,00	0,00
0801	Adic. B. Vermelha		1,56	0,00	0,00	1,56
0810	Subsídio		25,92	0,00	0,00	25,92
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0807	CONTRIB SERV. LUM PÚBLICA		1,11	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio		-24,49	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item TOTAL 30,25 0,00 0,00 59,63 0,59 0,44
Tarifa de Tributos: Até 30 kWh 0,193640 Até 100 kWh 0,332300

Média últimos meses (kWh) VENCIMENTO TOTAL A PAGAR
90 01/10/2019 R\$ 30,25

Histórico de Consumo (kWh)

30 | 81 | 92 | 79 | 98 | 103 | 114 | 62 | 65 | 82 | 30 | 128
Set/19 Out/19 Nov/19 Dez/19 Jan/19 Fev/19 Mar/19 Abr/19 Mai/19 Jun/19 Jul/19 Ago/19

e420.60f7.9a49.440a.85b0.7253.ce4f.54dc.

Indicadores de Qualidade 7/2019 - Paratibe

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,19	0,00	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	10,38		
DIC ANUAL	20,77		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 203
FIC MENSAL	3,30	0,00	
FIC TRIMESTRAL	9,90		LIMITE SUPERIOR 221
FIC ANUAL	19,80		
DMIC	2,84	0,00	
DICR	12,22		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Distribuição de Energia Elétrica	2,23	7,37
Contribuição de Energia Elétrica	0,42	1,39
Serviço de Transmissão	1,44	4,76
Imposto de Consumo de Energia Elétrica	4,53	14,97
Imposto de Consumo de Energia Elétrica	0,00	0,00
Total	20,25	100,00

Valor: B050 (Ref: 2019) R\$ 0,95

ATENÇÃO

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$24,49

Faturas em atraso





SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
Superintendência Regional de Polícia Civil
de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01259.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01259.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 08:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouveia Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Samuel de Souza Alves**, CPF nº 109.832.424-29, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Ajudante, filho(a) de Maria das Neves Silva Souza e Joao Alves da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 05/11/1991 (27 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Anita Garibaldi, Nº 208, bairro Valentina, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98829-3432.

Dados do(s) Fatos:


Local: Rua Coronel Bevenuto Gonçalves da Costa, Mangabeira, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 29/12/16 17:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NA TARDE DO DIA 29/12/2016, POR VOLTA DAS 17:00, ESTAVA GUIANDO A MOTOCICLETA HONDA TORNADO DE COR VERMELHA, ANO 2006/07, PLACA MNZ-0788/PB, CHASSI 9C2MD34007R000688, NA RUA CORONEL BEVENUTO GONÇALVES DA COSTA, MANGABEIRA, NESTA CAPITAL, QUANDO BATEU EM UMA PESSOA QUE IRIA ATRAVESSANDO A PISTA FORA DA FAIXA DE PEDESTRES, VINDO A PERDER O CONTROLE DA MOTOCICLETA E CAIR NO CHÃO; QUE FOI SOCORRIDO POR UMA AMBULÂNCIA DO SAMU ATÉ O COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABEIRA, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM TRAUMA EM TORNOZELO DIREITO, CONFORME CERTIDÃO 0043/2018 ASSINADA PELA MÉDICA ROSSANA DE FATIMA ARAUJO BARBOSA.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 01 de fevereiro de 2019.


JOSE RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
Agente de Investigação


SAMUEL DE SOUZA ALVES
Noticiante

Procedimento Policial: 01259.01.2019.1.00.401



CERTIDÃO

Nº. 0043/2018

Atendendo solicitação de GERLANDO PEREIRA DA SILVA e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de atendimento ambulatorial Nº917710 e Prontuário Nº 2015.05.002688 pertencentes a **SAMUEL DE SOUZA ALVES** que foi atendido dia 29/12/2016 às 17H29min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em tornozelo direito.

Submetido à avaliação médica que não evidenciou fratura. Medicado e liberado.

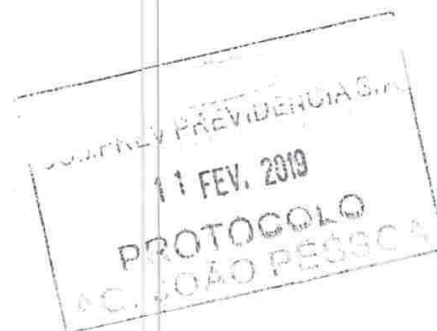
E para constar eu, ROSSANA DE FATIMA DE ARAUJO BARBOSA, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 09 de janeiro de 2018



033.3533

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/ 3533



033.3533

Dr.ª Rossana de Fátima de A. Barbosa



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA

R. AG. FISCAL JOSE COSTA DUARTE, S/N

JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

214-1981 CNPJ: 10.202.434/0001-28

Ficha Nr: 917710

Data: 23/12/2016

Hora: 17:29:22

Recepcionista: CRISTIANE DE FRANCA FLOR

Clinica: CIRURGICA

Arq: Nao Regulaco

CONDICAO DO PACIENTE

Nome: SAMUEL DE SOUZA ALVES

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 3917832 Fone: 988293432

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 05/11/1991 Id: 25 ano(s)

End.: R-ANITA GARIBALDI, 208 SUS INVALIDO (70618062349260) RG (PB)

Bairro: VALENTINA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Pai: JOAO ALVES DA SILVA

Mae: MARIA DAS NEVES DA SILVA SOUZA

Ocupação: SERVENTE DE OBRAS

INFORMACOES DE ENTRADA

Resp.: SAMUEL DE SOUZA ALVES

Responsavel: 988293432 / IDENTIDADE: 3917832

Atividade: TRABALHO LOCAL DO ACIDENTE

Num. de vezes atendido: 7

Num. Prontuario: 2015.05.002688

FATURADO

Transporte utilizado: PCTE VEIO COM OS BOMBEIROS VITIMA DE QUEDA DE MOTO

Vitima de acidente por: APOS ATROPELAMENTO DE PEDESTRE EM MANGABEIRA

Vitima de violência por: PROX AO (CHMGTM) AS 17:10 M CLARO M INCOMPLETO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco:

PA:

FR:

FC:

CP:

Peso:

Altura:

Glicemia:

IMC:

Tempo:

O2%:

CONDICAOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave

[] Politraumatizado [] Convulsao

[] Hemorragia [] Dispneia

[] Diarreia [] Agitado

[] Regular [] Chocado

[] Vômito

Observacao

Queixa Principal

- Queda de moto.

- Não tem. Não voltava. Não estava com dor.

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

Diagnostico - Ex: 0201060000 Conduta

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

- Não tem dor no local da queda.

Alberto Barros
Medico
CRM-PB 10295

Alberto Barros
Medico
CRM-PB 10295



10/05 DIA 29/11/16

Alta a pedido do paciente

PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

Dr. Paulo Roberto da Silva
Cirurgião Geral
CMT 4487518

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao
--------------	------	---------	----------

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

030101007-2
030101004-8
030106010-0

STATUS DO PACIENTE

☐ Desistência

☐ Transferido

☐ Desistência

☐ UTI

☐ Alta a pedido

☐ Enfermaria

Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Hospital do PCT

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico

030106010-0

UNIDADE DE PREVENÇÃO

11 FEV. 2019

PROTOCOLO

030106010-0



Buscar no site

A
COMPANHIA

SEGURO
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICAS

SALA DE
IMPRENSA

TRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190116982 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SAMUEL DE SOUZA ALVES

COBERTURA Invalidez



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO SAMUEL DE SOUZA ALVES

CPF/CNPJ: 10983242429

Posição em 02-04-2019 14:54:35

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise c

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
16/02/2019	Negativa Técnica - Sem sequelas	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/xPkChqPZnhzEFohuHPqTRg==/api_key=hCYm6iGzvmjFEJjEWjOXE4nv9yYIB73KHyb+mgag0Ms=)
13/02/2019	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/aQr+Cai+K0q4vcxaRLk6bA==api_key=hCYm6iGzvmjFEJjEWjOXE4nv9yYIB73KHyb+mgag0Ms=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8)



(https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital)

ACESSIBILIDADE





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800920-54.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: SAMUEL DE SOUZA ALVES

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar a simulação da guia de custas*, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, bem como comprovante de endereço informado na inicial, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 5 de fevereiro de 2020.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0800920-54.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: SAMUEL DE SOUZA ALVES

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar a simulação da guia de custas*, e documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, bem como comprovante de endereço informado na inicial, necessários para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 3 0 / 1 1 / 2 0 1 8 .

João Pessoa/PB, 5 de fevereiro de 2020.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA
REGIONAL DE MANGABEIRA/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

Samuel De Souza Alves, já devidamente singularizado nos autos do processo, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, atender o despacho retro.

O autor atualmente encontra-se desempregado, exercendo atividades esporádicas como auxiliar de construção civil compondo uma renda instável, e no momento encontra-se sem ter carteira assinada com renda comprovada. Dessa forma, o autor não dispõe de recursos para custear as despesas processuais, momento que reitera o pedido feito na inicial, a concessão da justiça gratuita.

Como solicitado no despacho retro segue em anexo o comprovante de residência atualizado como solicitado. O endereço que consta na inicial é o mesmo que consta no comprovante de residência só que a divergência de bairros acontece por que são bairros próximos e interligados. Também o mesmo se encontra em nome de terceiro porque o Sr. Samuel mora atualmente em imóvel alugado sem disponibilizar de um contrato de aluguel para que seja anexo.

Segue em anexo a simulação da Guia das custas processuais como solicitado.

Vejamos o “art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: *“a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”*.



Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC


Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.



Nestes termos, pede-se deferimento.

João Pessoa, 11 de Fevereiro de 2020.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.1.20.12950/01
			Data de emissão: 11/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 200.2020.612950 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 154,53 Promovente: SAMUEL DE SOUSA ALVES - Taxa Judiciária: R\$ 51,51 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 207,39
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000022 073909283183 520200229208 012012950015 			Valor final: R\$ 207,39

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.1.20.12950/01
			Data de emissão: 11/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 200.2020.612950 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Promovente: SAMUEL DE SOUSA ALVES Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 207,39
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 207,39

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.1.20.12950/01
			Data de emissão: 11/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 200.2020.612950 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 154,53 Promovente: SAMUEL DE SOUSA ALVES - Taxa Judiciária: R\$ 51,51 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 207,39
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000022 073909283183 520200229208 012012950015 			Valor final: R\$ 207,39





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.612950

Data Vencimento: 29/02/2020

Data Emissão: 11/02/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: SAMUEL DE SOUSA ALVES

Promovido: LIFE ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

Valor da Causa: R\$ 3.375,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 154,53

Taxa: R\$ 51,51

Total da Guia: R\$ 206,04

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica - : N° 037.860.194



ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 - Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

MARIA DAS NEVES DA SILVA SOUZA
RUA ANITA GARIBALDI 208
JOAO PESSOA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/622707-8

REFERÊNCIA

JAN/2020

APRESENTAÇÃO

23/01/2020

CONSUMO

99

VENCIMENTO

30/01/2020

TOTAL A PAGAR

R\$ 52,45

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
CONTA PAGA - Data de Pagamento: 31/01/2020				
Pagador: MARIA DAS NEVES DA SILVA SOUZA CNPJ/CPF: 010.866.364-73				
RUA ANITA GARIBALDI 208 - PARATIBE - JOAO PESSOA / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
31502440008284228	000622707202001	30/01/2020	R\$ 52,45	
BENEFICIÁRIO:ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA SA				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0800920-54.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SAMUEL DE SOUZA ALVES

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DECISÃO

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **07 de abril de 2020, às 15:30h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.



Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAIS JUDICIAIS (PROVIMENTO CGJ Nº 49/19) E NA RESOLUÇÃO Nº 04/2019, DO CONSELHO DA MAGISTRATURA - TJPB, DJE de 12.08.2019- ATENÇÃO.

CUMPRA COM URGÊNCIA.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica

Juiz(a) de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0800920-54.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SAMUEL DE SOUZA ALVES

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DECISÃO

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **07 de abril de 2020, às 15:30h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.



Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAIS JUDICIAIS (PROVIMENTO CGJ Nº 49/19) E NA RESOLUÇÃO Nº 04/2019, DO CONSELHO DA MAGISTRATURA - TJPB, DJE de 12.08.2019- ATENÇÃO.

CUMPRA COM URGÊNCIA.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica

Juiz(a) de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0800920-54.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SAMUEL DE SOUZA ALVES

RÉU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

DECISÃO

Defiro a gratuidade processual.

Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento (UNA) para o dia **07 de abril de 2020, às 15:30h**, a realizar-se na sala de audiências da 4ª Vara Regional de Mangabeira.

Cite e intime a parte ré. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

A audiência só não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo a parte ré fazê-lo, por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência.

Considerando que a parte autora ajuizou a presente ação sem se submeter previamente à perícia médica através do IML, inexistindo nos autos documento que ateste a existência da invalidez permanente e/ou extensão da lesão, bem como que a rotina judiciária vem nos mostrando que a transação em ações que buscam o pagamento ou complementação de seguro Dpvt somente se realiza após a realização de perícia médica, com fulcro no art. 139, inciso VI, do CPC, determino que a audiência de conciliação ora agendada seja precedida de perícia judicial, nos termos do convênio do Tribunal de Justiça com a Seguradora Líder.

Para tanto, **nomeio** a médica Rosana Bezerra Duarte de Paiva perita nos presentes autos, a para proceder à perícia judicial nos presentes autos, a realizar-se no dia e horário acima descrito, seguida de **audiência de conciliação, instrução e julgamento**, oportunidade em que se buscará a composição entre as partes litigantes.



Intime a Seguradora Líder para efetuar o pagamento dos honorários periciais, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), comprovando-o até a data da audiência e perícia ora designadas, sob pena de penhora junto ao Bacenjud.

Como forma de viabilizar a transação, após realização da perícia médica, faz-se mister o comparecimento da Seguradora Líder na audiência ora designada, através de preposto munido de poderes para firmar acordos. Dessa forma, além das citação e intimação através de carta, determino que seja a Seguradora Líder, através dos endereços eletrônicos pauloleite@seguradoralider.com.br e philipe.rocha@seguradoralider.com.br e telefone (21) 38614600, cientificada acerca dessa audiência.

A parte autora será intimada através de seu advogado, podendo este requerer que a intimação se dê através de endereço eletrônico, devendo para tanto, informá-lo em até cinco dias (art. 319, inciso II, do CPC).

Intimem as partes para, querendo, indicar assistentes técnicos, no prazo de 10 (dez) dias.

As partes devem comparecer neste fórum, na sala de audiências deste juízo, no dia e hora designado, acompanhados de seus advogados, devendo trazer exames anteriormente realizados, relacionados com a incapacidade/debilidade dos autos. **A parte autora deve comparecer impreterivelmente portando documento pessoal com foto, o boletim de ocorrência e o primeiro atendimento médico inicial.**

Os quesitos a serem respondidos são os constantes do laudo pericial adotado pelo Núcleo de Conciliação e Mediação do TJPB.

Via digitalmente assinada da decisão servirá como mandado de citação/intimação.

AO CARTÓRIO PARA QUE, DORAVANTE, OBSERVE AS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO CÓDIGO DE NORMAIS JUDICIAIS (PROVIMENTO CGJ Nº 49/19) E NA RESOLUÇÃO Nº 04/2019, DO CONSELHO DA MAGISTRATURA - TJPB, DJE de 12.08.2019- ATENÇÃO.

CUMPRA COM URGÊNCIA.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica

Juiz(a) de Direito

